

AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS DA LAVOURA CANAVIEIRA: A GREVE DE GUARIBA DE 1984 E A LUTA POR TERRA NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CLAIMS OF RURAL WORKERS EMPLOYED SUGARCANE PLANTATION: THE STRIKE IN GUARIBA OF 1984 AND THE STRUGGLE FOR LAND WITHIN THE STATE OF SÃO PAULO

Fernando Veronezzi

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil, fernandoveronezzi117@hotmail.com

RESUMO

A década de 1980 foi marcada por uma série de reivindicações públicas de trabalhadores rurais assalariados da lavoura canavieira no interior paulista. Esse artigo aborda elementos que permitem entender os motivos que levaram à eclosão da Greve de Guariba de 1984 e, a partir da conscientização/mobilização emanada nessa manifestação, muitos líderes surgiram no bojo das lutas, a fim de suscitar a reflexão aos trabalhadores sobre as condições exploratórias a que eram submetidos nos canaviais. Além da obtenção de direitos trabalhistas, a luta por Reforma Agrária na região foi um dos importantes fatores a se considerar nesse contexto. Sendo assim, decorrente desse processo, a conquista do Assentamento rural de Córrego Rico, situado em Jaboticabal-SP, município vizinho à Guariba, terá uma discussão recorrente nesse artigo.

Palavras-chave: Trabalhadores rurais. Greve de Guariba de 1984. Interior de São Paulo. Assentamento Rural. Jaboticabal.

ABSTRACT

The 1980s was marked by a series of claims/public demonstrations of rural workers employed in sugarcane productions in São Paulo. This article covers elements that allow us to understand the reasons that led to the outbreak of the Strike in Guariba in 1984, and from awareness/mobilization issued from this demonstration, many leaders emerged in the midst of struggles, in order to prompt reflection for workers about the exploratory conditions they were subjected in the cane fields. Beyond the labor achievements, the struggle for agrarian reform in the region was one of the important facts to consider in this context. Thus, due to this process, the conquest of Rural Settlement of "Córrego Rico", located in Jaboticabal-SP, neighboring municipality Guariba, will be discussed in this article.

Keywords: Farm Worker. Strike in Guariba-1984. Interior of São Paulo. Rural settlement. Jaboticabal.

Artigo recebido para publicação em dezembro de 2014

Artigo aceito para publicação em maio de 2015

INTRODUÇÃO

O conteúdo do trabalho executado pelos assalariados rurais temporários da lavoura canavieira é caracterizado por ser degradante e exaustivo. Não bastassem as fatigantes condições das tarefas diárias, a baixa remuneração e os altos preços dos serviços públicos praticados durante a década de 1980, dentre outros fatores, contribuíram para a realização de vários protestos efetuados por essa categoria de trabalho no interior do estado de São Paulo.

A Greve de Guariba de 1984 é entendida nesse texto como um marco no que se refere às reivindicações dos cortadores e cortadoras de cana-de-açúcar da região de Guariba, nordeste do estado de São Paulo. A manifestação serviu de exemplo para que outras categorias também reivindicassem condições de trabalho mais dignas. Outras demandas se tornaram intrínsecas ao movimento e nesse caso, destaca-se ainda, a questão do acesso à terra.

O objetivo desse artigo é apresentar e discutir a greve organizada pelos cortadores de cana-de-açúcar da região de Guariba, e seus desdobramentos, sendo a mesma entendida como uma manifestação que proporcionou a constituição de sujeitos engajados na luta por direitos trabalhistas e por terra no interior paulista.

Dessa maneira, as ações desenvolvidas pelos trabalhadores, resultaram na regularização de várias áreas destinadas a assentamentos rurais na região em questão e, nesse caso, o Assentamento rural de Córrego Rico é tomado como exemplo de uma conquista desempenha por um grupo de trabalhadores participantes da Greve de Guariba no ano de 1984.

Cabe destacar que essa região do estado de São Paulo, é marcada pela produção de cana-de-açúcar em grandes extensões e possui poucas áreas destinadas a projetos de Reforma agrária. Segundo informações disponibilizadas no banco de dados virtual do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), no Norte do Estado – regionalização utilizada pelo órgão, que engloba os municípios de Ribeirão Preto, Guariba e Jaboticabal – existem apenas 17 assentamentos rurais, que beneficiam 1318 famílias (ITESP, 2012).

Para organizar as reflexões aqui apresentadas, além da pesquisa documental, a realização de trabalhos de campo e a execução de entrevistas semiestruturadas foram procedimentos metodológicos fundamentais para entender a história de luta dos assentados, ex-cortadores de cana-de-açúcar.

Os trabalhos de campo foram essenciais para o reconhecimento do cotidiano dos assentados, uma vez que, conforme sugere Marcos (2006) é nesse momento da pesquisa que a teoria se concretiza na

prática. As entrevistas semiestruturadas, organizadas por meio de questões contextuais abertas, foram aplicadas aos assentados que tiveram participação efetiva – desde a inquietação inicial nos canaviais (mudança no sistema de corte em 1983 – contexto que será abordado no desenvolvimento do texto) até a conquista do Assentamento rural de Córrego Rico (1998) – no processo de lutas.

Sendo assim, a estrutura do artigo apresenta a conjuntura histórica que levou à eclosão da Greve e à formação de sujeitos engajados na busca pela dignidade em relação às condições de trabalho nos canaviais, bem como por uma estrutura fundiária mais justa, a qual se evidencia um panorama de uma das conquistas, o atual Assentamento rural de Córrego Rico. A seguir, apresenta-se um histórico das condições que emanaram à Greve de Guariba de 1984.

A Greve de Guariba de 1984: um marco na história de luta dos trabalhadores assalariados da lavoura canavieira no interior paulista

A manifestação dos trabalhadores rurais assalariados da lavoura canavieira, ocorrida no município de Guariba, interior do estado de São Paulo é de suma importância no que se refere à constituição de sujeitos insatisfeitos com suas condições enquanto categoria de trabalho. Assim, é válido ressaltar que,

Guariba [...] é uma pequena cidade [do] interior do Estado de São Paulo [situada na região de] Ribeirão Preto. É um município [...] rodeado de usinas de cana-de-açúcar, vivendo basicamente da monocultura da cana. Lá vivem muitos bóias-frias que a partir do mês de maio iniciam a safra que vai até meados de outubro ou novembro. **Os trabalhadores que cortam cana foram protagonistas de um grande levante que foi um verdadeiro divisor de águas.** Os trabalhadores iniciaram uma greve, que durou vários dias e que foi vitoriosa. Foi conseguido o primeiro contrato coletivo de trabalho com várias cláusulas [sic] que favoreceram [sic] os cortadores de cana. Até então, os salários eram baixos, havia roubo na balança que pesava a cana, eles eram transportados como gado nos caminhões juntamente com seus facões. De lá para cá a situação melhorou neste sentido, embora ainda eles sejam explorados (PASTORAL DO MIGRANTE, 2009, grifo nosso).

Estudos realizados por Andrade (1994) apontam a região de Ribeirão Preto, como uma das mais dinâmicas do país, no que se refere às atividades das agroindústrias, sendo caracterizada pela presença dos complexos agroindustriais mais modernos do setor canavieiro. Porém, os investimentos não se revertem em benefícios e melhoras nas condições de vida dos empregados rurais: a modernização do setor se dá, principalmente, nas técnicas do que nas condições sociais e, muitas vezes, a utilização de

aparatos tecnológicos fomenta mais a degradação social dos sujeitos do que em benefícios para os trabalhadores e sociedade como um todo.

Silva (2008) contribui para essa discussão ao concordar com o pensamento de Andrade (1994) e complementar a ideia ao explicar que, pode-se,

[...] estabelecer uma relação entre, de um lado, o avanço científico, tecnológico, lucros exponenciais e, de outro, o rebaixamento do preço da força de trabalho, o aumento da precariedade das condições de trabalho e de moradia, dos níveis de intensificação da exploração e do aviltamento dos direitos trabalhistas e humanos (SILVA, 2008, p. 41).

As reflexões de Andrade (1994) e Silva (2008) são fundamentais para compreendermos as condições de vida dos trabalhadores rurais assalariados (temporários ou permanentes) da lavoura canavieira do interior do estado de São Paulo.

Alves (1993) coloca que, o crescente grau de modernização da agricultura paulista, em especial a da cultura canavieira na região em questão, esteve intimamente ligado às mudanças nas relações de trabalho. Com a modernização, a força de trabalho assalariada, seja ela temporária ou permanente, se constitui na principal relação empregatícia estabelecida no campo paulista.

Segundo Baccarin (1985), no caso da cultura da cana-de-açúcar, naquela época eram necessários muitos trabalhadores, que na grande maioria dos casos, contratados sob o regime temporário, utilizados como força de trabalho, principalmente, nos períodos de colheita.

Ao considerar o perfil dos temporários da cana-de-açúcar, Graziano da Silva (1982) os define como sendo pessoas que prestam serviços em diversas fazendas e em períodos descontínuos, e concorda com Baccarin (1985) ao indicar que geralmente esses sujeitos são contratados nas safras. Indica ainda que, algumas vezes, alternam os trabalhos temporários no campo, com os das cidades.

Assim, pode-se observar o assalariado temporário da lavoura canavieira por meio do,

processo de liberação de mão-de-obra, por efeito do sistema capitalista de produção no campo, ele é reabsorvido como mão-de-obra mais barata e conseqüentemente mais vantajosa para

acumulação do capital. A sua participação no processo de produção se faz, portanto, através da depreciação dos salários ou do valor pago à força de trabalho. Este fato o leva a vivenciar uma situação de extrema miserabilidade que se reflete, no nível de seu subjetivo, como um estado de constante insatisfação com o *status quo* e expectativa permanente de melhores condições de vida (D'INCÃO e MELLO, 1976, p. 136, grifo da autora).

É na superexploração da força do trabalho, das imposições dos empresários da cana-de-açúcar e vários outros fatores que nascem os movimentos grevistas que se alastraram pelo interior do estado de São Paulo na década de 1980. Nesse caso, considera-se especificamente, a manifestação ocorrida no município de Guariba no ano de 1984. A partir dela, a sociedade pode evidenciar as duras condições de trabalho e de exploração às quais estavam submetidos os cortadores da lavoura canavieira.

Alves (1993) ao referir-se ao período de greves que marca a década de 1980 no interior paulista, indica que além das reivindicações de cunho salarial, os manifestantes exigiam o controle do processo de trabalho, a fim de buscar eliminar os intermediários e colocar em questão, o próprio conteúdo do trabalho por eles realizado.

Oliveira (1999) explica os principais motivos que levaram os trabalhadores da cana-de-açúcar da região de Guariba a protestar. Para o autor, a manifestação nada mais foi do que um basta às explorações que lhes eram impostas pelos empresários canavieiros. Também considerou o papel do Estado que, segundo ele, inerte perante a situação, praticava a cobrança de impostos altíssimos nas contas de água e energia, o que culminou na revolta dos mesmos, que recebiam míseros salários. Assim, considera que a manifestação foi uma sublevação dos sujeitos contra os abusos por eles sofridos cotidianamente.

As insatisfações dos assalariados temporários da região de Guariba iniciaram-se em 1983. Nesse ano, os empresários da cana-de-açúcar, principalmente os da região de Jaboticabal, Araraquara e Ribeirão Preto, resolveram alterar o sistema de corte de cinco para sete leiras.

Gebara e Baccarin (1984) colocam que até a safra da lavoura canavieira do ano de 1982, cada trabalhador rural assalariado era responsável por cortar cinco ruas (faixas) de cana-de-açúcar e

organizá-las em leiras contínuas (linhas) para que a máquina pudesse carregar o que foi colhido. Ou seja, cada trabalhador teve que cortar 2 linhas a mais e organizar os resultados na quarta rua (em pequenos montes) e não mais no sistema de leiras. Os autores ainda revelam que,

[...] de cima para baixo, as usinas organizadamente impuseram a mudança para sete ruas sem levar em conta os anseios e as necessidades da classe trabalhadora. Não se preocupavam com as consequências aos trabalhadores chegaram mesmo a divulgar, contrariando todas as evidências, que o novo sistema de corte por 7 ruas aumentava o rendimento do trabalhador (GEBARA BACCARIN, 1984, p. 54).

Esse novo sistema traria benefícios inegáveis aos usineiros, mas por outro lado, os prejuízos para os cortadores eram imensos (GEBARA BACCARIN, 1984).

Os mesmos autores, a partir de aproximações efetuadas com diversos trabalhadores da época, destacam a queda na produtividade do trabalho com a inserção desse novo sistema. Segundo eles, na safra de 1982, cada sujeito cortava 150 metros de cana-de-açúcar durante um dia de trabalho e, na safra de 1983, a média de produtividade de cada pessoa não ultrapassava os 90 metros (GEBARA BACCARIN, 1984).

Houve uma considerável diminuição do salário real dos cortadores com a introdução desse novo sistema. Penteado (2000) aponta que a redução girou em torno de 20% a 25%, já que o salário era calculado com base na produção individual. Há que se pontuar também o aumento do esforço físico e do tempo necessário para cortar a mesma quantidade de cana-de-açúcar (comparado o ano de 1982 com 1983).

Essa mudança no sistema de corte foi um dos fatores que fez culminar a manifestação dos assalariados rurais de Guariba em 1984. E, em relação a esse contexto, considera-se que,

era previsível, pois a vida do trabalhador [...] [era] difícil demais, o ganho muito baixo [...], não [havia] fiscalização do Ministério do Trabalho.
[Havia] um esforço sobre-humano para trabalhar, sem comer. As condições do trabalho [eram] péssimas. E por cima, no ano passado as usinas impuseram um novo castigo: o eito de 7 ruas no corte de cana. Só faltava o estopim (JORNAL REALIDADE RURAL, 1984, apud OLIVEIRA, 1984).

Cabe ressaltar ainda, conforme Alves (1993), que a greve foi a principal forma empregada pelos assalariados rurais do corte da cana-de-açúcar a fim de buscar melhores condições e dignidade profissional.

Conforme consta nos documentos analisados (PENTEADO, 2000; GEBARA BACCARIN, 1984 e OLIVEIRA, 1984), iniciou-se no dia 14 de maio de 1984, uma das maiores manifestações até então registradas: Guariba torna-se palco de uma greve que marca a história dessa categoria de trabalhadores.

Segundo Penteado (2000), a manifestação inicia-se com os cortadores da Fazenda São Bento, que fornecia matéria-prima para a Usina São Martinho. Um trabalhador começou a gritar para que os outros parassem imediatamente de trabalhar e, que os mesmos só retornassem às atividades quando os patrões voltassem ao sistema do ano anterior, de 5 leiras, e pagassem melhores salários. Mulheres escreveram em seus aventais a frase: “queremos cinco ‘ruas’ e melhores salários” (PENTEADO, 2000, p. 28).

Alguns sujeitos partiram em busca de mais pessoas para aderirem ao movimento. Caminharam pelos canaviais a fim de abarcar um maior número de manifestantes para os protestos e efetuaram uma assembleia na própria lavoura: decidiram que não voltariam ao trabalho naquele dia e, que no dia seguinte, parariam um número maior de “caminhões de turma” a fim de conseguirem o apoio da maioria da categoria (PENTEADO, 2000).

Os cortadores tinham como pauta para a realização da manifestação, 14 reivindicações (PENTEADO, 2000). Colocaram na lista de reclamações a não utilização de máquinas em lugares e locais onde havia cana-de-açúcar de boa qualidade, como no caso dos terrenos planos (já que era uma situação comum entre as usinas a utilização de máquinas nessas áreas), e o que lhes restavam eram os piores lugares para trabalhar, como os terrenos íngremes recusaram-se também a aceitar o sistema de sete leiras buscaram resolver os problemas contra os altos preços dos serviços urbanos e da alimentação

praticados na época (FERRANTE, 1994), colocando em questão também, os altos índices de produtividade ao qual estavam submetidos.

A manifestação (Figura 1) dos assalariados da cultura canavieira extrapolou o rural e se propagou para a área urbana. A cidade de Guariba tornou-se território para os manifestantes expressarem suas realidades e insatisfações.



Figura 1. Manifestação da categoria na Cidade de Guariba (15 de maio de 1984).
Fonte: Pastoral do Migrante (2009).

Era perceptível o intuito do Estado em debelar a manifestação. A intensa movimentação militar por toda a cidade e nas principais vias de acesso ao município era evidente, mas mesmo assim, os manifestantes não se acuraram perante a essa situação e os protestos continuaram. Houve confronto entre as duas forças, o que resultou em diversos trabalhadores rurais e militares feridos, bem como na morte de um aposentado (PENTEADO, 2000).

A relação entre Estado e os manifestantes grevistas pode ser observada na citação a seguir:

[...] o medo de uma desordem social obrigou o governo recém empossado do Partido do Movimento Democrático Brasileiro a interferir no movimento, salvaguardando a propriedade privada.

[...]

A ação do governo peemedebista não se limitou à mediação entre capital e trabalho. [...] a violência da Polícia Militar do Estado de São Paulo contra os trabalhadores da cana foi uma forma encontrada pelas autoridades estaduais para preservar a propriedade privada. Na época dos conflitos, foi cunhada a expressão ‘cassetete democrático’, via pela qual o governo peemedebista tentou conter o movimento Grevista de maio de 1984 em Guariba e região (PENTEADO, 2000, p. 58).

Na difusão das manifestações pelo interior do estado de São Paulo, iniciou-se o processo de reconhecimento dos “[...] trabalhadores [que passaram] a ser o eco detonador da situação de miséria e exploração enfrentada pelos boias-frias e a enunciar a possibilidade de gestão de um projeto político contestador [...]” (SILVA FERRANTE, 1987, p. 34).

Vários meios de comunicação de nível regional, nacional e internacional, passaram a publicar a realidade vivida por essa categoria. A manifestação de Guariba de 1984 pode ser analisada como uma demonstração social na qual as reivindicações dos empregados rurais ganhou visibilidade pela sociedade como um todo, já que por meio dessa luta, esses sujeitos revelaram para a população a difícil realidade de exploração do trabalho a que eram obrigados a se dedicar.

As manifestações ocorridas nos canaviais se alastraram também pelos laranjais de Bebedouro (PENTEADO, 2000), município conhecido como “a Capital nacional da laranja”, situado aproximadamente a 60 km de Guariba.

A figura 2 apresenta os diversos municípios para onde se propagaram as manifestações (não só os da cultura canavieira - incluem-se nas categorias, além dos cortadores de cana-de-açúcar, os apanhadores de laranja e demais culturas). A figura mostra igualmente, quais municípios paulistas foram foco de manifestações de trabalhadores rurais da cultura canavieira e dos laranjais, ocorridas no mês em maio de 1984, destacando-se os acontecimentos de Guariba e Bebedouro.

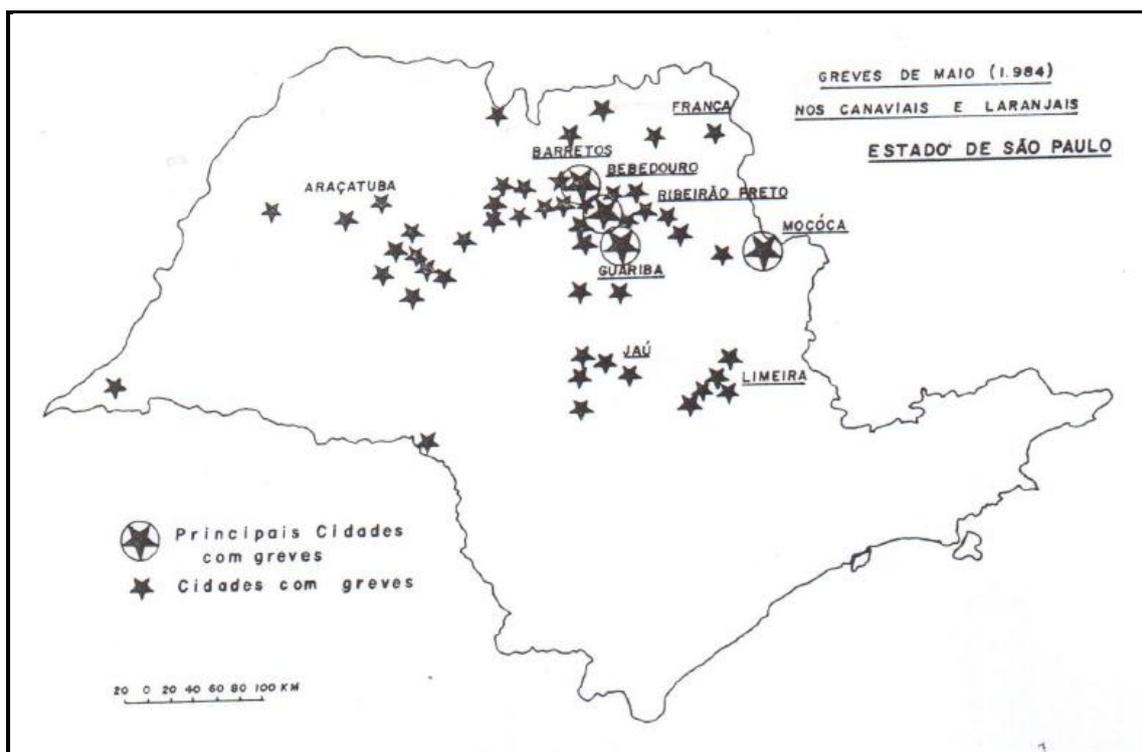


Figura 2. Manifestação Greves dos Canaviais e Laranjais ocorridas no mês de maio de 1984 no interior do Estado de São Paulo.

Fonte: Oliveira (1984).

Os movimentos dos assalariados rurais de Guariba e Bebeouro representaram um marco fundamental na luta da categoria na realidade paulista. Há de considerar que, na gestação das manifestações não houve a participação de entidades sindicais ou outras instituições. As demonstrações de insatisfação emanaram das próprias inquietações dos trabalhadores, no próprio canavial. Além disso, destaca-se também que, a manifestação mostrou o poder de mobilização desses sujeitos (BACCARIN, 1985).

Ao revelar dados da proporção da manifestação, Penteado (2000) indica que no dia 16 de maio de 1984, dois dias após o início da paralisação, a produção da grande maioria das usinas da região de Ribeirão Preto cessou por falta de matéria-prima, pois o apoio da categoria à greve era grande e chegou a congregar 10 mil manifestantes somente no município de Guariba.

Frente ao descontentamento dos manifestantes em relação ao posicionamento dos patrões para com suas reivindicações, no dia 15 de maio, alguns cortadores atearam fogo nos canaviais. Com essa atitude, conseguiram fazer com que os empresários se reunissem pela primeira vez a fim de discutir a

situação (PENTEADO, 2000). Segundo entrevista realizada com o representante do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Jaboticabal, até o ano de 1983 eram marcadas discussões entre Sindicatos e empresários canavieiros, porém, os patrões não compareciam nas mesas de negociações.

Gebara e Baccarin (1984) destacam o poder de mobilização, a força da categoria em busca de melhoras e sintetizam os ganhos da manifestação de Guariba: os empresários tiveram que pensar sobre suas imposições em relação aos cortadores e firmar acordos para com os mesmos.

Perante a situação, no dia 17 de maio de 1984, na sede do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Jaboticabal, após um longo debate, ficou acordado o fim da paralisação e a assinatura do acordo se deu por meio dos representantes das diversas categorias.

Dentre os principais pontos contidos no acordo coletivo assinado entre as partes, Oliveira (1984), destaca a volta do corte de cana-de-açúcar para 5 leiras que a produção deveria ser medida por metro linear finalizado o talhão, o empregado receberia um recibo com dados pessoais, como, nome e número de identificação, bem como, dados referentes à sua produção recebimento de um documento discriminando todos os descontos e o total da produção de cada funcionário preços padronizados para as safras, diferenciando conforme a variedade de cana-de-açúcar, descanso semanal remunerado, décimo terceiro salário, indenização e férias (cujos quais os três últimos benefícios deveriam ser pagos no final da safra) fornecimento de ferramentas de trabalho (facão, poda etc.) e equipamentos de proteção individual (luvas, macacões etc.) disponibilizados gratuitamente pelo próprio empregador transporte de qualidade e também gratuito registro e inclusão de direitos trabalhistas pagamento normal de salário em caso de acidentes de trabalho e doenças comprovadas por meio de atestado médico pagamento normal da diária quando ocorressem empecilhos alheios às vontades dos trabalhadores (estes deveriam ser pagos desde que os mesmos estivessem no ponto regular) e, disposição de remédios e produtos de primeiros socorros no local do trabalho (obrigação dos empregadores).

Cabe nesse momento fazer uma importante consideração: no que se refere à atuação do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Jaboticabal, a instituição se envolveu apenas como mediadora nas discussões finais, já na fase dos acordos. Como já dito anteriormente, a gestação e o desenrolar dessa manifestação foi emanada pela inquietação dos próprios cortadores (BACCARIN, 1985).

Além dos resultados indicados, a criação de novos sindicatos em municípios onde ainda não havia essa representatividade da categoria, como é o caso de Guariba, bem como o surgimento de representantes engajados na luta dos assalariados do campo, também estão entre as conquistas da manifestação de Guariba.

Baseia-se nesse sentido nas palavras de Oliveira (1999) para compreender o desfecho da manifestação.

Para o autor,

Os movimentos dos trabalhadores bóias-frias, sindicalizados ou não, ou mesmo via sindicatos, a questão de luta [...] está posta em termos de se obter melhores condições de trabalho compatíveis com a dignidade humana (a exploração é violenta), além de se preocupar obter níveis salariais mais elevados (OLIVEIRA, 1999, p. 78-79).

Grzybowski, (1987, p.88) ao referir-se a esses movimentos e manifestações, assinala que, os assalariados rurais “[...] elaboram as suas diferentes identidades sociais, ampliam a sua presença na arena política e impõem para a sociedade o reconhecimento de sua existência e de sua cidadania”, a fim de que se reconheçam suas reais condições de trabalho bem como suas aspirações enquanto categoria de trabalho.

Importante ressaltar, conforme relata Grzybowski, (1987), outro elemento inserido nas demonstrações públicas das condições dos assalariados rurais da cana-de-açúcar do interior do estado de São Paulo. O autor destaca que os cortadores “[...] se transformaram em sujeitos da luta num processo em que passam de bóias-frias [...], a se autoidentificarem como a categoria de cortadores de cana” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 55). Ou seja, é possível considerar que, além da busca por melhores condições de vida, os assalariados buscaram a partir dessas demonstrações, serem reconhecidos pela identidade da categoria de trabalho que exerciam.

Assim, é possível entender que o desenrolar das manifestações em prol de melhores condições de trabalho emanadas pelos assalariados da cana-de-açúcar, essencialmente após 1984, também se tornam elementos fundamentais no contexto de reestruturação da questão fundiária (SILVA FERRANTE, 1987) regional.

Nesse sentido, é importante caracterizar o interior paulista a partir de Oliveira (2001) colocando-o como a região,

onde o desenvolvimento do capitalismo fincou sua mais espetacular expansão nas últimas décadas. Por isso mesmo é que parte dos trabalhadores proletarizados do campo [...] passaram a negar tal condição. E como produto desta negação, organizaram-se para lutar por um pedaço de terra, para poder reconquistar a perdida autonomia do trabalho [...] (OLIVEIRA, 2001, p. 195).

Sendo assim, conforme salienta Oliveira (1999, p. 54), “no seio dos movimentos sociais no campo brasileiro várias são as frentes de organização de luta contra a expropriação, subordinação e exploração”.

A luta dos trabalhadores rurais assalariados é constante. Alguns buscam melhores condições para desenvolver de maneira digna o trabalho no corte da cana. Outros reivindicam um pedaço de terra, a fim de tornarem-se proprietários, donos do seu próprio território e da sua força de trabalho. Ambas as situações eram pertinentes no contexto da Greve de Guariba.

A questão que envolve a luta por terra pelos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar pode ser exemplificada a partir do que indica Graziano da Silva (1982, p.31), que considera que, “a reivindicação por um pedaço de terra para plantar pode ser entendida como decorrentes das dificuldades no processo de ajustamento à condição de proletário”.

Reforça tal pensamento, a ideia de que a luta por terra dos assalariados da cultura canavieira “[...] não implica, imediatamente, idealizar a volta a uma situação passada, mas pode ser a busca de uma saída diante de um presente de privações” (FERRANTE, 1994, p. 103).

A conscientização dos sujeitos acerca da exploração a qual passavam diariamente em seu trabalho tem como marco principal, a greve de Guariba de 1984, discutida nesse tópico. A partir da mobilização emanada nessa manifestação, muitos líderes surgiram no bojo das lutas, a fim de suscitar a reflexão aos trabalhadores sobre as condições exploratórias a que eram submetidos no trabalho com a lavoura canavieira, e diversas ações foram desenvolvidas para minimizar as explorações, dentre as quais, destaca-se à luta por acesso a terra na região. Será tomado como exemplo no tópico a seguir, o Assentamento rural de Córrego Rico, localizado em Jaboticabal-SP.

O Assentamento Rural de Córrego Rico – Jaboticabal (SP): Um território conquistado pela inquietação dos grevistas de Guariba-1984

Os trabalhadores do assentamento podem ser entendidos como sujeitos de luta, criados pelas condições de exploração do trabalho degradante na cultura da cana-de-açúcar, no qual buscaram uma nova perspectiva de vida, a de tornarem-se proprietários de terras, donos de sua própria força de trabalho.

Os assentados contam que diversas foram as lutas ocorridas: várias manifestações e ocupações aconteceram durante o período que vai do fim da greve de Guariba (1984), até a ocupação e conquista do Horto Florestal de Córrego Rico (1998) – atual assentamento rural de Córrego Rico, situado em Jaboticabal.

Segundo narra a assentada 1 (2012), durante o longo período de lutas, que se estende do fim da greve até a conquista do assentamento (de 1984 a 1998), alguns trabalhadores sem ter uma ocupação para manter suas famílias, voltaram a trabalhar no corte da cana-de-açúcar ou em outras culturas. Alguns migraram para outras regiões do estado, outros sem condições de permanecer no trabalho no corte (por estarem “queimados” conforme conta a assentada), foram exercer trabalhos temporários nas cidades, ou seja, criaram alternativas para sobreviver durante esse tempo.

Pode-se entender, conforme percebido nos relatos dos assentados que o período que compreende a transformação desses sujeitos de trabalhadores rurais assalariados para assentados foi turbulento e

difícil. Mas, é evidente considerar que na essência, a inquietação gerada pelo movimento grevista de Guariba continuava presente no ideal desses trabalhadores.

Das entrevistas realizadas com os assentados, ex-trabalhadores rurais das lavouras canavieiras da região, em todos os casos, argumentaram a respeito da condição dos trabalhadores manifestantes pós-Guariba 1984. A assentada 1 (2012), quando questionada sobre esse contexto, indica que,

O cortador de cana [...] se fosse por greve não conseguia arrumá emprego na região. Da greve de 84, assim, **quem participou daquela greve era queimado, não arrumava serviço em outra usina** e se eles sabiam só cuidar da terra né, só sabia cortar cana, não tinha estudo, não tinha curso [...]. Então, a única solução era lutá por terra por que ele já tava queimado, não arrumava emprego em usina nenhuma da região aqui (ASSENTADA 1, 2012, grifo nosso).

Baseada em entrevistas realizadas com um gato (um agenciador de trabalhadores que tem como responsabilidade reunir um grupo de pessoas para trabalhar temporariamente na lavoura canavieira), Ferrante (1994), também considera esse contexto e destaca que, o trabalhador que havia participado da manifestação em Guariba (1984), não faria mais parte de nenhuma “turma”. Ela ainda comenta que era comum circular uma “lista negra” (citada também pelos assentados entrevistados) entre os gatos e empreiteiros, que servia como meio de controle para frear o movimento e punir os trabalhadores participantes da manifestação de 1984.

Descontentes com a situação, lutar por terra se tornou essencial para esses sujeitos. Diante o desemprego ou emprego temporário, a oportunidade de trabalhar no seu próprio pedaço de terra, repararia os prejuízos históricos perpassados pela categoria. A perspectiva de não ter que pagar aluguel (SILVA FERRANTE, 1987), ficar preso ao tempo do relógio e as amarras dos patrões (FERRANTE, 1994), se tornam elementos que fomentaram a luta desses trabalhadores.

No caso dos assentados de Córrego Rico, de acordo com as entrevistas realizadas com representantes do assentamento, os membros do grupo que deram início à luta para a formação do assentamento rural de Córrego Rico possuíam um grau de organização interna bastante elevado. Por meio de discussões acerca da realidade que passavam, obtiveram progresso em diversas ações das quais se propuseram, e dentre elas, evidentemente, destaca-se a conquista do território do assentamento.

A assentada 1 (2012) indica que, organizados por sindicatos ligados à FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), os trabalhadores deram início ao processo de lutas para fins de acesso à terra. Nesse sentido, é válido ressaltar o importante papel dessas instituições no que se refere à conquista de diversas áreas para Reforma Agrária por trabalhadores rurais na região.

É válido ressaltar, conforme pode ser observado nas entrevistas realizadas com os assentados que, as consequências para alguns participantes das greves nos canaviais paulistas – principalmente à de Guariba – se manifestaram na falta de oportunidades de empregos rurais (atividade que era a única opção para alguns trabalhadores) e dessa forma, sindicatos ligados à FERAESP organizaram vários trabalhadores a fim de reivindicar terra na região de Ribeirão Preto e assim, essas instituições podem ser entendidas como agentes potencializadores da luta por terra na região em questão.

O acesso à terra é visto pelos trabalhadores rurais assalariados como, “[...] um misto de esperanças, sonhos, lutas e investimento no futuro” (FERRANTE, 1994, p. 102), no qual,

[...] a garantia de um trabalho constante com alimentação e moradia [estão] garantidas. ‘Ter terra e casa’, ‘não continuar enchendo a barriga do usineiro’, ‘viver menos obrigado, menos sujeito’, ‘não ter patrão’, ‘não ter fiscal atrás’, ‘evitar o desemprego’, são algumas das representações que podem dar conta de como vivenciaram as novas condições de existência (SILVA FERRANTE, 1987, p. 36).

Tais considerações observadas pelas autoras foram ressaltadas com frequência no discurso dos assentados do Córrego Rico. A história dos trabalhadores assentados está intimamente ligada com outras lutas. Por meio do contato realizado com os assentados, verificou-se que, alguns trabalhadores haviam participado de experiências de ocupações anteriores, em outras áreas da região.

Os assentados contam que era a partir do contato com lideranças sindicais, que membros do grupo de trabalhadores que participaram dessas outras ocupações eram informados a respeito dos momentos mais propícios para a ocupação de áreas públicas ociosas na região (no caso específico de Jaboticabal, o Horto Florestal do distrito de Córrego Rico). Assim, cabe lembrar nesse momento que,

Os assentamentos dos lavradores sem terra foi incorporado à política fundiária do Governo de São Paulo a partir, principalmente, de 1984, com o objetivo ‘senão de resolver, pelo menos de atenuar os efeitos sociais mais nocivos das distorções da estrutura agrária’. Foi proposto, através da Secretaria de Agricultura, do Instituto de Assuntos Fundiários, um levantamento das áreas – terras públicas – potencialmente disponíveis à produção de alimentos – através do qual deveria ser elaborado um Plano de Aproveitamento Agrícola de Terras Públicas, no qual dar-se-ia prioridade à implementação de assentamento. A proposta incide, portanto, na escolha de terras públicas cuja utilização, ainda que não substitua a desapropriação por interesse social, se constitui em um complemento do processo de Reforma Agrária (SILVA FERRANTE, 1987, p. 33).

Em relação aos hortos florestais do estado de São Paulo, os mesmos foram implantados com a finalidade de fornecer madeira para as ferrovias paulistas. Nesses Hortos, eram plantadas árvores de eucaliptos. O Horto Florestal de Córrego Rico foi criado pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro no ano de 1935. Conforme relatado pelos assentados, a madeira retirada da área foi dividida entre os assentados e utilizada para a construção de casas e cercas nos lotes do assentamento.

Sabendo da disponibilidade das terras do Horto Florestal do Córrego Rico, os líderes do grupo que posteriormente dariam origem ao assentamento rural de Córrego Rico, propuseram para algumas famílias, oriundas, principalmente do município de Guariba, e que haviam lutado conjuntamente na greve dos canaviais no ano de 1984, que ocupassem aquela área para fins de reforma agrária, fato apreendido por meio do relato da assentada 2 (2012).

Os assentados revelaram ainda que, os mesmos se organizaram e, no dia 29 de maio de 1998, acamparam na área do Horto Florestal do Córrego Rico. Cerca de 60 famílias (número que cai para 47 devido as desistências durante o período de acampamento), mantiveram-se acampadas nas proximidades da rodovia SP-253 (Deputado Cunha Bueno), vivendo em barracos feitos de lonas e sem infraestrutura sanitária alguma.

Os trabalhadores narram também que, o processo de ocupação, negociação e transformação da área de acampamento em assentamento durou cerca de seis meses e, destacam que na época das negociações não houve confronto com a polícia e ordem de despejo das famílias. Segundo eles, todo o processo ocorreu de maneira pacífica.

A figura 3, do arquivo pessoal da assentada 2 (2012) mostra a vista parcial da área do Horto (com a cobertura vegetal já retirada pelos trabalhadores) no ano de 1998, antes da oficialização do assentamento. Nesse período os trabalhadores ainda estavam acampados, pois a situação legal não havia sido regularizada pelo estado.



Figura 3. Área do Horto Florestal do Córrego Rico sem a cobertura vegetal dos eucaliptos (1998).

Fonte: Arquivo pessoal Assentada 1 – Trabalhos de Campo.

Nas considerações dos assentados, o Córrego Rico (localização geográfica disponibilizada no mapa ilustrado na figura 4) é um assentamento que não está ligado especificamente a um movimento social do campo. Informações obtidas por meio das entrevistas, os assentados destacaram que possuem lutas em conjunto com alguns movimentos e/ou organizações de luta por Reforma Agrária. Porém, no caso da conquista do território onde se situa o assentamento rural de Córrego Rico ocorreu devido à atuação basicamente de trabalhadores membros de sindicatos ligados à FERAESP.

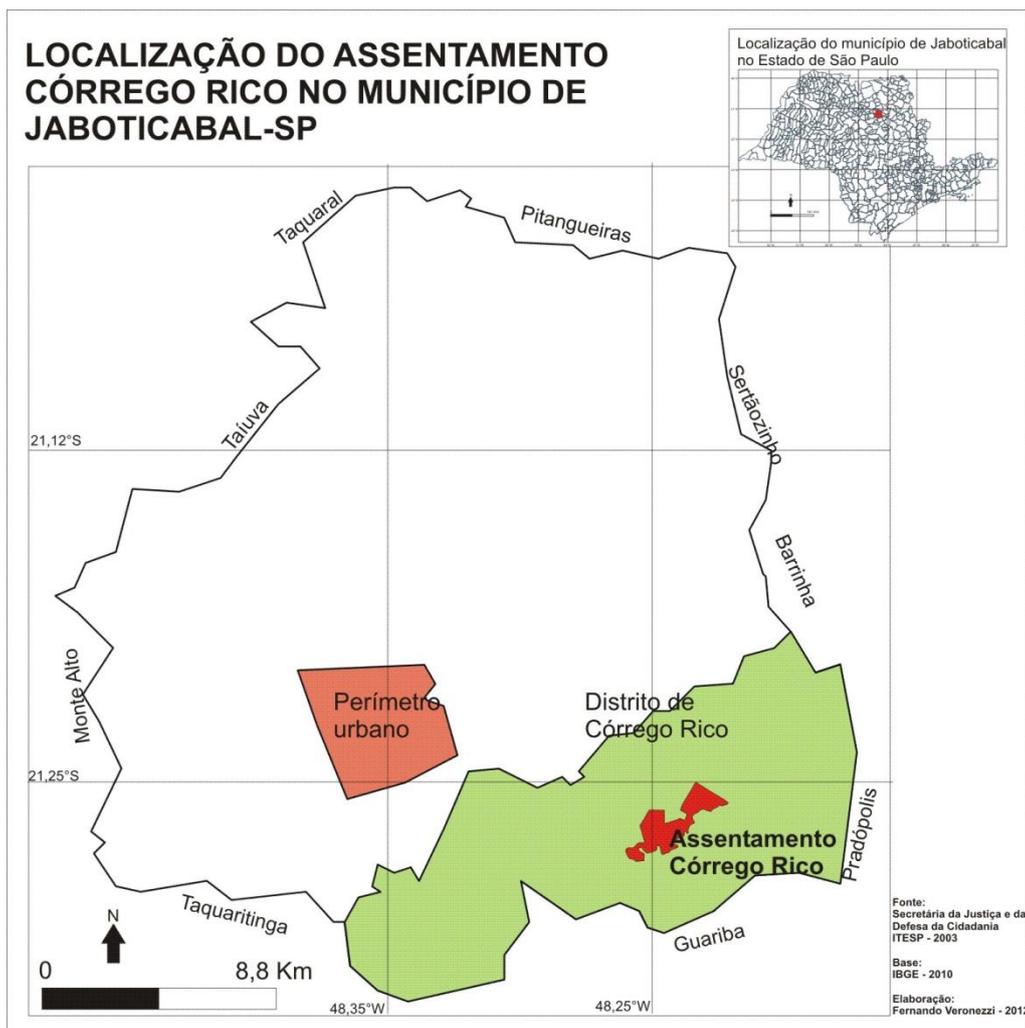


Figura 4. Localização do Assentamento Córrego Rico no município de Jaboticabal.

Fonte: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – ITESP 2003.

Base: IBGE – 2010. Org.: VERONEZZI, F. 2012.

Os assentados contam com uma Associação, denominada “Associação de produtores de Agricultura familiar de Córrego Rico – A Terra Rica”. A mesma tem como objetivo desenvolver projetos, buscar por recursos financeiros, recuperar a identidade cultural dos assentados e mobilizar os trabalhadores do assentamento para a mudança na forma de produção – nesse caso, visando potencialmente a produção orgânica.

De modo geral, no que se refere à produção dos assentados, pode-se considerar que a mesma é diversificada, variando desde mandioca – que possui maior expressividade no assentamento – até café e palmito pupunha. Diversos projetos foram e estão sendo desenvolvidos nos lotes do assentamento via Associação “A Terra Rica”.

É possível considerar que, mesmo após a conquista do território do assentamento, a maioria dos sujeitos da luta não deixou de participar e contribuir com outras ocupações e mobilizações, já que, segundo os relatos dos mesmos, a luta não acaba com a conquista da terra, ela é apenas uma etapa vencida. A constante busca por políticas públicas que visem a melhoria do assentamento – nesse caso a organização dos assentados por meio da Associação tem um papel fundamental – está também, entre as pautas de reivindicações dos trabalhadores do assentamento num contexto mais atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A greve de Guariba é interpretada como manifestação essencial para a categoria dos trabalhadores rurais assalariados da lavoura canavieira do interior paulista. Em uma região caracterizada essencialmente pela monocultura da cana-de-açúcar, as reivindicações desses sujeitos tornaram-se fundamental para reverter uma questão histórica marcada pela exploração e desigualdade.

Nesse sentido, os resultados obtidos por meio dessa manifestação, não beneficiaram apenas os trabalhadores com conquistas de direitos trabalhistas para a categoria: a formação de sujeitos empenhados em transformar um panorama regional marcado pela concentração de terra e a exploração da força de trabalho são considerados como um dos efeitos das ações emanadas por meio do movimento grevista iniciado em Guariba.

Assim, o assentamento Rural de Córrego Rico, situado no município de Jaboticabal, é um dos exemplos dessa situação. Por meio das ações desenvolvidas por esses sujeitos constituídos a partir da greve de 1984, tem-se a efetivação de uma conquista, engendrada devido à insatisfação desses agentes para com a situação agrária regional.

Portanto, enquanto organização de trabalhadores que buscavam melhorias para a categoria, bem como na formação de sujeitos de luta insatisfeitos com a realidade agrária desse momento histórico, a greve de Guariba de 1984 é considerada como um marco fundamental na busca por direitos dos

trabalhadores rurais, bem como no engajamento em ações que potencializassem a execução de políticas de reforma agrária na região nordeste no estado de São Paulo, na qual, áreas foram conquistadas e destinadas às famílias que lutaram por essa questão.

Nota:

Entrevistas:

Assentada 1, agricultora assentada. Entrevista concedida em 06/02/2012, no lote do mesmo.

Assentada 2, agricultora e assentada. Entrevista concedida em 03/02/2012, no lote do mesmo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. *São Paulo em Perspectiva*, ano 7, n.3, p. 133-137, jul-set. 1993.

ALVES, Francisco. Greves nos canaviais e agricultura modernizada, novos desafios. *São Paulo em Perspectiva*, ano 7, n.3, p. 133-137, jul-set. 1993.

BACCARIN, José Giacomo. *Trabalhadores rurais volantes da região de Jabcotical: crescimento, características e aspectos organizacionais*. 1985. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária), Universidade de São Paulo, Piracicaba.

D'INCÃO E MELLO, Maria Conceição. *O "bóia-fria": acumulação e miséria*. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Os herdeiros da modernização: grillhões e lutas dos bóias-frias. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.8, n. 3, p. 93-104. 1994.

GEBARA, José Jorge; BACCARIN, Jose Giacomo. Alteração no sistema de corte de cana, de 5 para 7 ruas: implicações para produtores e trabalhadores. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 60, p. 47-57, 2 sem. 1983-1º sem. 1984

GRAZIANO DA SILVA, José. O "bóia-fria": entre aspas e com os pingos nos is. In: DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL/UNESP (org.). *Mão-de-obra volante na agricultura*. São Paulo: Polis, 1982. p. 137-177.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ITESP. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. *Localização dos Assentamentos em São Paulo*. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/mapa.aspx>>. Acesso em: 23 de novembro de 2012.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em Geografia: reflexões acerca de uma experiência participante. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 84, p. 105-136, jul. 2006.

- PASTORAL DO MIGRANTE. *Guariba foi o divisor de águas*. 2009. Disponível em:
<http://www.pastoraldomigrante.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=402%3Aguariba-foi-o-divisor-de-aguas&catid=47%3Amemoria&Itemid=38. Acesso em: 20 de abril de 2012.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Aos trabalhadores nem o bagaço ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 60, p. 153-226, 2 sem. 1983-1º sem. 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das lutas no campo*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 1999.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.
- PENTEADO, Maria Antonieta Gomes. *Trabalhadores da cana: protesto social em Guariba – maio de 1984*. Maringá: EDUEM, 2000.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalhadores rurais: a negação dos direitos. *Raízes*, Campina Grande, v. 17, n. 1, p. 29-42, jan-jun. 2008.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Roupas Nova para um velho sonho: assentamentos de trabalhadores rurais e reforma agrária. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 32-40, out-dez, 1987.